

Poços ligados no pré-sal



SECOM

Produção da Petrobras nos poços do Estado deverá garantir óleo para 30 anos. Governadores lutam contra mudança na lei

O Espírito Santo já tem quatro poços conectados na área de pré-sal, no Sul do Estado. A Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) confirmou ontem ao governador Paulo Hartung, no Rio, que os campos de Pirambu, Cachalote e Caxaréu já têm poços ligados, além de Jubarte, que será o primeiro a produzir petróleo da área de pré-sal anunciada pela Petrobras no ano passado.

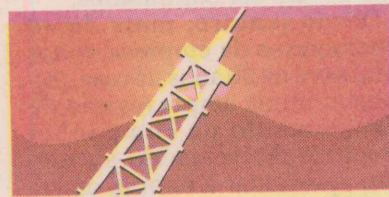
A estimativa da ANP é de que a produção nesses campos esteja garantida por, pelo menos, 30 anos. A camada pré-sal se estende por cerca de 800 quilômetros, entre o Espírito Santo e Santa Catarina, e engloba três bacias sedimentares — Espírito Santo, Campos e Santos.

O petróleo encontrado está a profundidades superiores a 5 mil metros, abaixo de uma extensa camada de sal, que, segundo geólogos, conserva a qualidade do petróleo.

Estimativas apontam que a camada pode abrigar algo próximo de 100 bilhões de barris de óleo equivalente em reservas.

No próximo dia 2, o presidente Lula vem ao Espírito Santo para a primeira extração de petróleo do pré-sal, na plataforma P-34. A missão precursora, que antecede a visita do Presidente, chegou ontem a Vitória, e já está preparando a visita.

Hartung passou pela ANP



durante visita ao Rio para participar de uma reunião com os governadores fluminense, Sérgio Cabral, e de Sergipe, Marcelo Déda.

Usando óculos especiais, os governadores assistiram a apresentações em 3D sobre a exploração no pré-sal.

Os três defenderam a manutenção das atuais regras de exploração e pediram que a taxa sobre grandes campos produtores seja elevada.

Em meio a críticas à condução do debate atual, eles disseram estar abertos a discutir um novo modelo, com o advento da camada pré-sal.

No retorno ao Estado, Hartung explicou que o grupo considera positivos os resultados do marco regulatório atual, mas que isso não impede a adoção de mudanças.

Segundo ele, os números da ANP mostram que a participação dos governos já foi maior do que é hoje, devido à alta do preço do petróleo.

Por isso, eles apoiam mudanças no decreto que trata das Participações Especiais, seguindo uma tendência mundial.

“Estão se esquecendo de que, para chegar ao pré-sal, tem que ter investimento. Tem um dito com palavras que não se devem usar em palácios, aquela velha piada sobre a galinha e o ovo. É preciso primeiro que a galinha cumpra seu papel, e o ovo chegue à mesa”

Marcelo Déda,
governador de Sergipe

“Enquanto continuar essa esquizofrenia, o Brasil não ganha. Veja o que aconteceu com as ações da Petrobras. É preciso prudência. Casuismo não vai bem. Aqueles que estão provocando um debate precipitado não estão no bom caminho. São irresponsáveis”

Sérgio Cabral,
governador do Rio de Janeiro

“Caminhamos na mudança da Participação Especial (PE) para repor a participação governamental. Com o petróleo em alta, há uma defasagem e essa alteração já foi feita no mundo todo. Até o mercado de petróleo concorda”

Paulo Hartung,
governador do Espírito Santo

Estados não querem mudança

As discussões sobre o potencial petrolífero existente no Brasil abaixo da camada de sal deixaram de ser apenas técnicas e se tornaram políticas.

Os governadores dos estados do Rio de Janeiro, do Espírito Santo e de Sergipe, após se reunirem no Palácio Guanabara, se manifestaram contrários a quaisquer mudanças na forma de pagamento e distribuição dos royalties sobre a produção de petróleo e gás natural.

Os três disseram que o encontro foi informal — são amigos — e, por isso, outros governadores não foram chamados.

O governador do Rio, Sérgio Cabral; do Espírito Santo, Paulo Hartung; e de Sergipe, Marcelo Déda, afirmaram que não se deve alterar a lei que dispõe sobre o pagamento dos royalties.

O governador Sérgio Cabral afirmou que o governo federal poderá se beneficiar das riquezas existentes no pré-sal, aumentando o percentual de cobrança da Participação Especial (PE), taxa que incide sobre campos com elevada produção e rentabilidade.

“Os royalties são uma indenização aos estados e municípios pela exploração do petróleo. Esse conceito é mundial e temos um arcabouço legal e que funciona bem. Portanto não tem que

mudar”, destacou Cabral.

Apesar de evitar críticas diretas ao presidente Lula, Sérgio Cabral lembrou que pela lei atual já ocorre uma distribuição de recursos dos royalties para outros estados e municípios do País e, além disso, a União recebeu só no ano passado R\$ 7,5 bilhões de royalties e participações especiais. Neste ano deverá arrecadar mais de R\$ 10 bilhões.

“É bom lembrar que esses recursos podem ser aplicados em programas sociais a todos brasileiros. Portanto essa redistribuição já é feita de alguma forma”, destacou Cabral.

O presidente Lula vem defendendo que é preciso usar o dinheiro em educação.

O governador do Rio disse ainda que o que se deve cobrar é a aplicação desses recursos por seus gestores. Segundo ele, o mau gestor aplica de forma indevida qualquer tipo de recurso, seja de royalties ou arrecadação de ICMS, entre outros impostos.

Ao ser perguntado o que achava da proposta do senador (PT-SP) Aloizio Mercadante de redistribuir o pagamento dos royalties, Cabral respondeu: “O petróleo virou um tema igual à seleção brasileira de futebol, todo mundo dá palpite”, disse Cabral.